

PROGRAMA RIBEIRA AZUL

1. O Programa Ribeira Azul - PRA tem como objetivos: promover a redução da pobreza urbana; promover a recuperação e preservação física/ambiental; e elaborar estratégias para implementação de programas de redução da pobreza urbana na Região Metropolitana de Salvador. E tem como metas mais importantes: promover a requalificação urbana, através de implantação de infra-estrutura básica (drenagem, pavimentação e esgotamento sanitário), melhoramento habitacional e erradicação de 2.500 palafitas (moradias insalubres, construídas precariamente com madeira e compensados, sustentadas por estacas sobre a maré) através de aterro com reassentamento das famílias; promover o desenvolvimento econômico- social; fomentar a organização de entidades de base através de rede institucional; promover o exercício da cidadania e participação comunitária através da educação ambiental e sanitária; e promover treinamento e qualificação de mão-de-obra.

2. O PRA funciona através de 3 (três) frentes de atuação, que se complementam, compreendendo a intervenção física, a social e o Projeto de Apoio Técnico e Social – PATS: a) a de *intervenção física* consiste na erradicação das palafitas, melhoramento habitacional, implantação de infra-estrutura básica e reforma e ampliação de equipamentos sociais; b) a de *intervenção social* compreende ações de organização comunitária, educação ambiental e geração de trabalho e renda; e o *PATS* é um projeto inserido dentro do Programa Ribeira Azul, que se propõe a apoiar tecnicamente a realização de todo o programa, financiando e implementando ações de cunho físico, econômico e social.

3. O PRA é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano – CONDER, inserido na política de desenvolvimento urbano do Estado da Bahia.

Tal política prevê duas linhas de desenvolvimento: desenvolvimento urbano e habitação (intervensões físicas) e desenvolvimento humano (trabalho, saúde, educação e lazer), propondo programas de natureza integrada, vinculando as intervenções físicas às ações sociais e às geradoras de renda. Em intervenções anteriores, a política do Estado era destinada, principalmente, a projetos convencionais de moradia.

O programa em questão é o primeiro do governo baiano com essa proposta de natureza integrada e, nos seus quatro anos de existência, vem se tomando referência para a concepção de modelos de intervenção de natureza habitacional, como o Programa de Urbanização e Desenvolvimento Integral de Áreas Carentes no Estado da Bahia - Viver Melhor II, também do governo baiano, em fase de elaboração e com orçamento estimado em US\$160.000.000 (cento e sessenta milhões de dólares), cujo raio de ação compreenderá as principais cidades do Estado e a Região Metropolitana de Salvador.

4. O público diretamente beneficiado são 10.000 (dez mil) indivíduos, correspondente ao número de moradores das palafitas que estão sendo erradicadas. Desse contingente populacional, 52% são mulheres e os restantes 48%, homens. Tal grupo representa 7,14% do universo dos clientes potenciais, estimado em 140.000 pessoas, residentes em áreas limítrofes às palafitas, cujo solo urbano, em sua grande maioria, foi construído pelos próprios moradores, aterrando com entulho proveniente de lixo e restos de construção despejados nesta área.

5. **A) Gasto Orçamentário Anual (R\$):**

1999 – 15.616.466,98
2000 – 4.454.140,84
2001 – 13.506.293,09
2002 – 18.245.737,11

2003 – 5.144.469,40
Total – 56.967.737,42

B) Percentual de Recursos Anuais por Fonte:

Governo Estadual

1999 – 79,2%
2000 – 31%
2001 – 38,2%
2002 – 27,16%
2003 – 15,6%

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

1999 – 20,8%
2000 – 44,3%
2001 – 22%
2002 – 8,96%
2003 – 26,2%

Associação Voluntários para o Serviço Internacional – AVSI

1999 –
2000 – 24,7%
2001 – 8,4%
2002 – 6,4%
2003 – 9,2%

Ministério de Relações Exteriores da Itália – MAE

1999 – 0%
2000 – 0%
2001 – 0%
2002 – 5,28%
2003 – 16,4%

Banco Mundial - BIRD

1999 – 0%
2000 – 0%
2001 – 31,4%
2002 – 52,17%
2003 – 32,5%

C) Percentual da Receita Orçamentária Total do Governo Estadual Utilizado pelo Governo Estadual - 0,0004% (Base – 1993).

6. A equipe do programa é composta por 47 pessoas. Desse contingente, 8 (oito) desempenham funções de direção, sendo 6 (seis) homens e 2 (duas) mulheres. Na execução, encontram-se 39 (trinta e nove) pessoas, sendo 17 (dezessete) homens e 22 (vinte e duas) mulheres.

7. A CONDER é o órgão executor; a Caixa Econômica Federal, o Banco Mundial - BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Ministério de Relações Exteriores de Itália – MAE, são os órgãos financiadores; a Associação Voluntários para o Serviço Internacional - AVSI é uma ONG italiana que participa com recursos financeiros, colaboração técnica e executa o Projeto Social de Alagados IV e V. A Prefeitura de Salvador assume a execução de serviços de limpeza, coleta de lixo e iluminação pública e a manutenção dos benefícios trazidos pelo programa. Dentre as 52 (cinquenta e duas) entidades comunitárias parceiras envolvidas, listamos 48 (quarenta e oito) a seguir, as quais integram os mecanismos de participação do programa: Associação dos Comerciantes de Itapagipe, Associação de Moradores Amigos de Itapagipe, Assoc. Moradores Unidos de Lobato, Associação Livre dos Moradores de Mangueira, Associação Beneficente Educação, Arte e Cidadania, Assoc. Benef. Esp. Cruzeiro, Associação de Assistência e Promoção Humana dos Lares de Alagados, Associação de Jovens e Idosos Lírio Branco, Assoc. Moradores do Núcleo Habitacional Joanes Leste, Associação de Moradores do Conjunto Sta Luzia, Associação Dom Avelar, Associação Silóé, Casa de Oração Mariazinha, Centro de Arte e Meio Ambiente, Cento Espírita Estrela do Seara, Comissão de Moradores de Mangueira/ Leblon, Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Garrafas PET e Proteção Ambiental, Creche Cantinho da Criança Feliz, Creche Escola Frutos da Mãe, Creche Flor da Primavera, Grupo Cultural Bagunçação, Grupo Cultural Itapagipe Canta, Grupo Só Arte, Sociedade Beneficente Cultural de Baixa do Petróleo, Sociedade Beneficente Democrática dos Alag. Itapagipe, Sociedade Beneficente e Cultural João Paulo II, Sociedade Beneficente Presidente Kennedy, Sociedade de Defesa e Progresso de Massaranduba, Sociedade de Defesa do Bairro Tomé de Souza, Sociedade dos Artesãos de Alagados, Sociedade Espírita Amor e Humildade, Sociedade Santa Cruz, Ação Social da Paróquia de São Brás de Plataforma, Associação de Moradores Unidos dos Araçás, CEASB, Centro Educativo João Paulo II, Clube de Mães Novos Alagados/ As Heroínas do Lar Creche Erês, COMONAL, COOPESB, COOPREDI, Grupo Cultural Cabricultura, Grupo Cultural Outra Metade, Grupo de Sacerdotisas e Sacerdotes do Axé, Grupo de Teatro Face Oculta, Liga Desportiva do Boiadeiro, Sociedade 1º de Maio e Sociedade Beneficente e Cultural Planalto Real. As instituições e entidades mencionadas têm sua atuação coordenada pela CONDER e são integradas através do Comitê Consultivo.

8. Um dos principais diferenciais do programa é a participação dos beneficiários na e tomada de decisões e implementação de suas ações. Há várias instâncias de participação:

- a) **Comitê Consultivo** – fórum composto por dez representantes: 1 membro da CONDER, 1 membro da Prefeitura Municipal de Salvador - PMS, 1 membro do Ministério das Relações Exteriores da Itália - MAE, 1 membro do Banco Mundial, 1 membro da AVSI e 5 representantes comunitários. Esse fórum visa reunir, coordenar e integrar as entidades governamentais, não governamentais e comunitárias (através das lideranças eleitas), fornecendo orientação e subsídios para o desenvolvimento das atividades do programa, tornando-se um momento importante para as lideranças comunitárias, por possibilitar um contato direto com os financiadores do programa.
- b) **Grupo de Representantes da Comunidade** - instância que abriga 52 (cinquenta e duas) lideranças das 11 comunidades nas quais o PRA atua. Foi formado em outubro de 2002 através de um processo eleitoral, do qual saíram os representantes do Comitê Consultivo. Espera-se que esse grupo funcione como um microcosmo de todo o programa, onde os projetos e planos elaborados pela equipe técnica possam ser a ele apresentados.
- c) **Rede de Novos Alagados – RENA** – estimulada pelo Projeto Social de Novos Alagados, foi fundada pelas entidades locais visando ao fortalecimento da organização comunitária, com o apoio do programa.

d) **Núcleo de Gestão Sócio-Ambiental de Alagados IV e V** – estimulado pelo Projeto Social de Alagados IV e V, formado pelas entidades da área, objetiva ser uma instância de proposição e discussão de ações, e de qualificação de seus membros.

e) **Grupo de Agentes de Divulgação do Projeto** – formado quando o programa inicia obras de recuperação física em alguma área, para cada grupo de 60 famílias, quando é eleito um representante para ser a referência dessas famílias no que concerne às ações do projeto.

9. Em 1996 o Programa Viver Melhor, de iniciativa da CONDER, iniciou intervenções em 10 (dez) bairros da área que atualmente compõe o PRA. Em 1994, o Projeto de Recuperação Físico-Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados havia sido iniciado, naquela que é a região mais ao norte da área do Ribeira Azul. Este projeto, fruto da parceria entre a CONDER e a ONG italiana AVSI – Associação Voluntários para o Serviço Internacional, adotou uma metodologia integrada (busca incluir todos os aspectos, tanto físicos quanto econômico e sociais, que compõem a intervenção), participativa (considera todos os envolvidos no processo como participantes do planejamento e da execução das ações) e transversal (procura refletir a importância dos elementos, tais como gênero e capital social, que estão presentes em todos os aspectos da intervenção).

A necessidade de integrar as intervenções isoladas, coordenando os investimentos e racionalizando-os, realizadas pelo Viver Melhor e o êxito da metodologia aplicada em Novos Alagados, estimularam a formação de um novo programa, o Ribeira Azul.

A participação da AVSI possibilitou a doação do Ministério de Relações Exteriores da Itália – MAE de US\$.000.000 (cinco milhões de dólares), originando o Projeto de Apoio Técnico e Social – PATS, projeto inserido dentro do PRA que se propõe a apoiar tecnicamente a realização de todo o programa, implementando ações de cunho físico e econômico-social.

A primeira etapa do projeto de Novos Alagados foi concluída em 1997, e a integração das novas áreas compoendo o Programa Ribeira Azul se deu em 1999.

10. Há duas etapas-chave na implementação do Ribeira Azul. A primeira é o Projeto de Recuperação Física-Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados – I Etapa, iniciada em 1994, através da parceria CONDER/ AVSI, num dos assentamentos mais pobres da cidade de Salvador, com 1.500 domicílios e 700 palafitas. O êxito da metodologia adotada e a construção de uma pista de borda, espécie de calçada construído na orla com equipamentos comunitários e replantio do manguezal, fizeram com que fosse pensado um salto de escala de projeto para programa. Este viria a abranger a área de Novos Alagados e as áreas que estavam sofrendo intervenções físicas isoladas por um outro programa governamental, compreendendo 4 km², consistindo na segunda etapa-chave, o início do Ribeira Azul.

11. Os principais obstáculos enfrentados foram: a escassez de terrenos disponíveis na área do programa para reassentar as famílias oriundas das palafitas; resistência inicial por parte dos moradores em relação ao programa, gerada pelo receio de serem transferidos para lugares distantes dos seus locais de origem, rompendo com os laços de vizinhança e comprometendo a continuidade das estratégias de sobrevivência adotadas; dificuldade de romper com a expectativa assistencialista dos moradores, causada pelas práticas governamentais anteriores; consolidar o arranjo institucional que está sendo construído com outras instituições governamentais a fim de garantir a continuidade das melhorias produzidas pelo programa; e a violência, que vem forçando muitas famílias, após esperarem ansiosamente por vários anos para adquirirem a casa própria, a abandoná-la em razão da periculosidade existente no local.

Em relação à escassez de terrenos disponíveis foram desapropriados terrenos de propriedade particular e regularizadas áreas adquiridas mediante aterro espontâneo. No que concerne à resistência inicial dos moradores e sua expectativa assistencialista, os obstáculos foram reduzidos à medida que a

metodologia era implantada e aumentava o contato dos moradores com a equipe técnica. O arranjo institucional ainda não está conformado, mas já foram iniciadas parcerias, inclusive com a realização de um *workshop* para apresentação do programa às instituições dos governos estadual, municipal e organismos internacionais, e de uma pesquisa institucional visando definir o tipo de atuação, o grau de abrangência e a possibilidade de atuação na polígona do Ribeira Azul. Com relação à violência, o trabalho de requalificação urbana executado pelo programa, abrangendo a erradicação de palafitas, a abertura de sistema viário e o readensamento, contribuiu para sua minimização, ao reduzir o número de esconderijos e possibilitando melhor locomoção ao aparato policial, desta forma imbuindo um pouco as infrações. Contudo, não há dúvida de que a violência, um mal comum aos grandes centros urbanos, não terá seus índices diminuídos substancialmente contando apenas com as ações do programa.

12. Foi realizada uma pesquisa, com levantamento de dados quantitativos e qualitativos, junto às primeiras 400 (quatrocentas) famílias reassentadas em unidades habitacionais construídas para abrigar as famílias oriundas das palafitas, após 3 (três) anos de pós-ocupação, com o objetivo de: avaliar o grau de satisfação dos moradores; verificar se os originais permanecem nos referidos loteamentos; mensurar a melhoria da qualidade de vida através da aferição de doenças respiratórias e afecções cutâneas, muito comuns na região de palafita, bem como o acesso à creche e/ou escola, criadas e/ou fomentadas, e a inserção de crianças, jovens e adultos em projetos sociais criados ou fortalecidos pelo programa; medir o incremento da renda familiar, já que os moradores das palafitas tinham dificuldade em conseguir emprego, em razão do preconceito.

A estrutura de participação comunitária do programa possibilitou a criação de grupos focais com lideranças comunitárias, promovendo encontros mensais, quando é discutida e avaliada a dinâmica operacional do programa nos seus eixos de condução: obras físicas, organização comunitária, educação ambiental e geração de trabalho e renda. Além disso, há uma avaliação permanente por parte dos financiadores internacionais, que se reúnem duas vezes por ano, a fim de discutir o andamento e os novos rumos do programa.

No momento, estão sendo desenhados os Planos de Monitoramento e Avaliação do Programa Ribeira Azul e do PATS, resultado da realização de um *Workshop* de Monitoramento e Avaliação, com duração de 32 horas, contando com a presença de especialistas nacionais e internacionais, a exemplo do Professor Giuseppe Folloni, da Universidade de Trento e Judy Baker, do Banco Mundial.

No conjunto dos resultados alcançados no último ano, pode-se citar:

a) obras de infra-estrutura e construção de habitações:

275.545,67 m³ de aterro areia/solo; 33.689,24 m² de pavimentação asfalto/paralelo/concreto; 11.554,07 m de rede de abastecimento de água; 17.296,65 m de rede de esgotamento sanitário; 4.477,76 m de rede de drenagem; 566 m de canais de drenagem; 2 estações elevatórias; 650 unidades habitacionais construídas; 237 melhorias habitacionais efetuadas;

b) promoção social, mobilização comunitária e educação ambiental:

3 equipamentos comunitários construídos e/ou reformados; 1500 crianças e adolescentes beneficiados com reformas, ampliação e construção de escolas, creches, centros de cultura e centros profissionalizantes; 300 eventos (reuniões, seminários, palestras, feiras de saúde e cidadania); 1.800 moradores com RG e certidão de nascimento gratuitos; 600 visitas domiciliares realizadas; 4.800 atendimentos individuais a moradores; 1.200 crianças e adolescentes beneficiados com atividades culturais, artísticas e desportivas; 30 beneficiados no curso de Formação de Pescadores Profissionais; 12 oficinas de capacitação de lideranças comunitárias; 06 oficinas de Educação Ambiental para professores; 47 entidades comunitárias treinadas nos cursos de Elaboração de Projetos Sociais; 100 escrituras de imóveis entregues; criação da Rede de Entidades da Comunidade de Novos Alagados – RENA, e do Núcleo de Gestão Sócio-Ambiental de Alagados IV e V – totalizando 52 entidades; 700 moradores profissionalizados; 28 mulheres beneficiadas com doação do terreno para galpão da

cooperativa de corte e costura; 1 cooperativa de pesca criada; 52 entidades comunitárias de base envolvidas;

c) recuperação do manguezal:

90 mil mudas de mangues plantadas, por grupos de jovens da própria comunidade, na Enseada do Cabrito no Programa de Recuperação do Manguezal.

13. A mais importante conquista do programa é a erradicação das palafitas (em andamento), existentes há mais de 60 (sessenta) anos, possibilitando aos seus moradores uma moradia digna com acesso a saneamento básico, água e energia elétrica, aumentando a auto-estima dos moradores e preservando-os dos riscos constantes resultantes de um ambiente degradado, como doenças infecto-contagiosas. Esta conquista vem sendo reconhecida através de premiações como o Prêmio de Mérito da Associação Brasileira de Companhias Habitacionais - COHABs (2003), Prêmio Meio Ambiente do Centro de Recursos Ambientais – CRA (2003) e Prêmio Desempenho Ambiental da Federação das Indústrias da Bahia – FIEB (2002).

14. A principal inovação do programa foi adotar uma metodologia integrada e participativa, valorizando tanto os aspectos físicos quanto os sócio-econômicos das intervenções de natureza habitacional, fazendo com que as ações sociais tenham o mesmo valor das ações físicas, perdendo o caráter de meramente subsidiárias destas últimas; possibilitando aos moradores mecanismos de participação para que estes possam influenciar nas decisões do programa, criando também uma rede interinstitucional visando à articulação e busca de parcerias que favoreçam a continuidade do desenvolvimento local após a conclusão do programa.

15. Não se aplica ao Ribeira Azul por ser um programa de redução da pobreza urbana.

16. O Ribeira Azul realiza várias atividades que possibilitam às pessoas exercerem sua condição de cidadãos. O incentivo à participação dos moradores, ao fortalecimento da organização comunitária e a oferta de cursos variados como os de liderança, educação ambiental, informática, formação de monitoras de creche, aperfeiçoamento de pesca, serralheria, manutenção predial, confecção de bijouterias, corte e costura, formação de vigilante, elaboração de projetos sociais e o fomento à criação de cooperativas, traz aos moradores, além do aumento da auto-estima, instrumentos que contribuem para sua inserção social.

Não se pode desprezar o fato de que a erradicação das palafitas, que elimina as condições subumanas de habitabilidade, retira o estigma da marginalidade, que durante 6 (seis) décadas marcou o cotidiano de milhares de pessoas, proporcionando-lhes o reconhecimento de seu direito à cidadania.

17. O Programa Ribeira Azul nunca participou do Programa Gestão Pública e Cidadania.

18. A mais significativa deficiência do programa decorre da atual impossibilidade de entregar os títulos de propriedade de moradia, concomitante à entrega das casas. A situação fundiária da área do Ribeira Azul é peculiar, há distintos estágios de formalização de seus terrenos e distintos proprietários (União, aforados, ocupantes, invadidos e particulares), sendo a maior parte pertencente ao governo federal, o que implica num excessivo período de tempo entre a transferência do título de propriedade do governo federal para o estadual, para que este, por sua vez, repasse-o para o morador. Basta mencionar que das 11 (onze) áreas integrantes do programa, 7 (sete) possuem terrenos do governo federal, aguardando o desfecho dos processos de aforamento junto à Secretaria de Patrimônio da União.